

Por todo o mundo, os sinólogos continuam a ter viva a memória de como se desenvolveu o movimento pró-democracia na China de Abril e Maio e de como este terminou, num banho de sangue, no Domingo Negro de 4 de Junho de 1989.

Os disparos na Praça da Paz Celestial e o avanço dos carros de combate na Avenida da Paz Eterna transformaram a paz em terror, destruindo as últimas esperanças de uma reforma política com Deng Xiaoping, cuja imagem passou da de herói das reformas para a do destruidor das reformas. Estará a China a repetir o seu ciclo histórico de sucessão da reforma pela tirania e da tirania pela reforma, sem ruptura do sistema autocrático ou totalitário? Será que as reformas iniciadas por Deng a partir de 1978 vão poder sobreviver depois do incidente de 4 de Junho ou mesmo depois da morte do último dos imperadores da China? As respostas a estas questões interessam a todos, na medida em que o Império do Meio desempenha um papel crescente, se bem que não central, na política internacional.

Para encontrar as respostas, é preciso fazer a análise do movimento pródemocrata na China, da luta interna no Partido Comunista da China (PCC), vista tanto face à história da China, como em comparação com outros países asiáticos ou com outros partidos do bloco comunista.

### **As raízes e as características do movimento pró-democrata**

As ideias de democracia ocidental para a reforma do sistema político aparecem na China através dos intelectuais progressistas do último século, sobretudo depois da Guerra do ópio, quando a dinastia Qing se mostrava cada vez mais corrupta e cada vez mais incompetente para dirigir o país. Todas as iniciativas reformistas eram destruídas à partida pelos arqui-conservadores dirigidos pela imperatriz mãe. Deposta a dinastia Qing, Sun Yatsen fundou a primeira República da China, sem todavia poder impor as reformas políticas, perante a restauração da monarquia e as intermináveis lutas entre os senhores da guerra, que dividiam e dominavam a China, com o apoio de potências estrangeiras. A partir de 1911, a China era uma república apenas de nome, enquanto se mantinha intacto o sistema autocrático, apesar da formação de um parlamento. O movimento de 4 de Maio de 1919, que se dirigia sobretudo contra o domínio estrangeiro na China, debateu pela primeira vez o tema da «democracia e ciência», empenhando os intelectuais no espírito de «deixar confrontar cem pensamentos»<sup>1</sup>. O centro do debate tratava de como realizar a modernização da China, recuperando o atraso em relação ao Ocidente — apenas através da ciência e da tecnologia, ou incluindo ainda a reforma do sistema político. Os conservadores defendiam a primeira versão e recusavam a última, pois entendiam que as velhas tradições chinesas, as características nacionais e a essência da civilização chinesa eram incompatíveis com a civilização ocidental e deviam manter-se intactas. Os mais progressistas

de entre os intelectuais, inspirados pelas reformas Meiji no Japão, e tirando as suas conclusões das anteriores tentativas de reforma na China, eram definitivamente a favor de mudanças no sistema político. Esses intelectuais progressistas dividiram-se em dois grupos: uma ala que defendia a democracia ocidental (uma parte dos seus membros vieram a associar-se ao partido nacionalista) e uma ala pró-russa, ou marxista, que veio a formar o partido comunista. Lamentavelmente, o debate sobre a democracia e a sua realização foi brutalmente interrompido pelos senhores da guerra, pela invasão japonesa e pela permanente guerra civil entre os nacionalistas e os comunistas. A China nunca teve verdadeiramente uma oportunidade de estabelecer um sistema democrático.

Quando Mao Tsetung proclamou a fundação da República Popular, em 1 de Outubro de 1949, os Chineses puderam comemorar o fim da dominação estrangeira na China. Porém, não deixaram de se desiludir com a persistência da autocracia e do patriarcalismo, legados por séculos de história, muito embora Mao tivesse designado o «feudalismo» como o adversário da «nova revolução democrática» chinesa.

Em 1945, Mao, que ainda então combatia a ditadura de Chiang Kai-shek — «um dirigente, um partido e um 'ismo'» —, explicou claramente o que a nova China queria com a democracia e a liberdade: «A democracia é, segundo Abraham Lincoln, o governo do povo, pelo povo e para o povo, o que significa que todos os níveis do governo devem ser eleitos por sufrágio universal e por voto secreto. A liberdade, são as quatro liberdades de Franklin Roosevelt — ser livre de se exprimir, ser livre de praticar a sua religião, ser livre das carências e ser livre do medo»<sup>2</sup>.

Porém, depois o regime de Chiang Kai-shek, Mao impôs a sua própria ditadura, como os seus predecessores na história chinesa: a única diferença era a etiqueta socialista ou comunista. Mao, infelizmente, não era um bom marxista, uma vez que não podia ler mais do que traduções chinesas de certos trabalhos de Lenin e de Stalin, herdando, contra as ideias ocidentais de democracia, a teoria leninista da ditadura do proletariado e a teoria stalinista da luta de classes e do terror. A partir de 1949, são justamente essas teorias que Mao põe em prática, resistindo à campanha de desestalinização lançada por Khrushchev em 1956. Na China, o stalinismo foi ligado a uma versão chinesa do comunismo — a revolta camponesa prolongada, que exigia um «comunismo de guerra», e uma direcção altamente centralizada para impedir a fragmentação de um país tão vasto.

O Partido Comunista da China (PCC), que emergiu de mais de duas décadas de guerra camponesa, preservou os hábitos do «comunismo de guerra» depois de tomar o poder em 1949 e assumiu, com naturalidade, a fórmula «um dirigente, um partido e um 'ismo'» contra qualquer tentativa de pluralismo. A única diferença foi a substituição de Chiang por

Mao e do Kuomintang (KMT) pelo PCC. Não há tradição de pluralismo na história chinesa.

A primeira tentativa de uma abertura pluralista ocorreu em 1957, quando certos intelectuais ocidentalizados propuseram que se atribuísse um maior poder aos partidos minoritários não-comunistas, aliados do PCC durante a guerra civil, em vez de os deixar continuar a ser tão-só um ornamento do partido comunista. Também propuseram que se desse mais poder ao povo, na pessoa dos seus delegados nos níveis sucessivos dos Congressos do Povo, para poderem criticar os burocratas. Porém, a campanha de «deixar confrontar cem pensamentos», que tornou possível a expressão de várias posições, foi esmagada por Mao, com a assistência de Deng Xiaoping, na altura secretário-geral do PCC. Centenas de milhares de pessoas foram perseguidas, incluindo a elite de *intelligentsia* chinesa, acusada de seguir as «tendências liberais burguesas» da Hungria e da Polónia, numa tentativa de «minar o papel dirigente do partido comunista e o socialismo». Os rudimentos de um pensamento democrático nos primeiros tempos da República Popular foram assim destruídos. A arrogância e a teimosia de Mao, que acreditava só em si próprio e não tolerava quem tivesse uma posição diferente da sua, deram lugar a uma série de erros, como a aceleração da colectivização agrária, bem como da nacionalização das empresas privadas, segundo o modelo stalinista, levaram ao Grande Salto em Frente — de que resultou um grande recuo, arruinando a economia e trazendo a fome a milhões de pessoas. Mao não quis aprender com os seus erros. Quando o marechal Peng Dehuai, membro do *Bureau* Político do PCC, ousou dizer não às políticas erradas de Mao, em 1958, foi imediatamente afastado e mais tarde perseguido por Mao. Quando Liu Shaochi e Deng Xiaoping conseguiram restaurar a economia, no princípio dos anos sessenta, com políticas mais pragmáticas, Mao reagiu declarando que não toleraria «dois quartéis--gerais» no PCC. Decidiu destruir o «quartel-general» de Liu e Deng, acusando-os de seguirem a «via capitalista», com o lançamento da Revolução Cultural, um desastre ainda maior.

A Revolução Cultural baseava-se na teoria maoísta da «revolução contínua», continuadora da teoria stalinista sobre a «agudização constante da luta de classes», e devia eliminar os dissidentes e os inimigos da classe num ciclo que se repetiria todos os sete ou oito anos.

### **A era de Deng Xiaoping**

Deng, que depois de Liu foi o dirigente mais importante vítima da Revolução Cultural, sabia que tinha de começar a reformar a teoria e o sistema que tantos desastres tinham causado 'ao partido comunista e ao país. O ponto de viragem ocorreu com o terceiro plenário do XI Comité Central do PCC, em Dezembro de 1978, em que Deng prevaleceu sobre

Hua Guofeng, o sucessor escolhido por Mao. Deng criticou Hua por seguir o velho dogma segundo o qual «tudo o que o Presidente Mao disse é sempre correcto», e defendeu o «princípio da prática como o único critério de verdade», abandonando as políticas maoístas da «revolução contínua», e da «luta de classes» e abrindo a possibilidade de uma reforma. Deng encorajou uma «emancipação do pensamento», libertando-o do peso do «pseudo-marxismo» e voltou à política de «deixar confrontar cem pensamentos». No seu relatório do plenário de 1978, sublinhou até que o desenvolvimento da democracia» era uma «condição importante» para a «emancipação do pensamento».

A tarefa central do PCC para as décadas seguintes, tal como foi definida por Deng, centrava-se na recuperação do declínio económico e concentrava-se nas «quatro modernizações» — na indústria, na agricultura, na ciência e tecnologia e na defesa. Esta mudança das lutas políticas internas para a construção económica, acompanhada por políticas de liberalização na indústria, na agricultura e no comércio e por uma economia orientada para o mercado, marcaram o início da era de Deng, que o próprio interpretou como uma renascença da República Popular. Tendo à sua direita e à sua esquerda respectivamente Hu Yaobang e Zhao Ziyang — os principais pioneiros das reformas liberais — Deng rapidamente recuperou apoio popular, não apenas dos camponeses (os principais beneficiários da descolectivização nos campos) e dos trabalhadores (com acesso a incentivos à produtividade), como ainda dos quadros e dos intelectuais banidos durante as anteriores campanhas políticas, que deixaram de ser considerados como inimigos. Comparado com Mao, Deng é um «revisionista», um termo negativo usado por Mao contra Khrushchev quando este atacou Stalin em 1956. Deng procurou «rever» o maoísmo. Em 1979, disse que «a burguesia ultrapassou todas as precedentes classes exploradoras na expansão da democracia e tudo o que é bom da burguesia deve ser desenvolvido por nós (comunistas)»<sup>3</sup>. Em 1980, numa reunião alargada do Bureau Político do PCC, Deng tratou da reforma do sistema de direcção, explicando que a violação da lei tal como Stalin e Mao a tinham praticado nunca seria possível em países com sistemas democráticos como a Grã-Bretanha, os Estados-Unidos ou a França<sup>4</sup>. Ainda no mesmo ano, numa entrevista com um jornalista italiano, disse que o único modo de impedir erros como os da Revolução Cultural era a reforma do sistema político, libertando-o de influências feudais, como o culto da personalidade (a deificação de Mao), o patriarcalismo (factor de autocracia e de burocracia) e a inamovibilidade dos quadros (factor de gerontocracia), e instalando um sistema democrático e o primado do direito<sup>5</sup>.

Assim era Deng, *entre* 1978 e 1980, determinado a reformar o sistema político sobre as ruínas dos desastres políticos do maoísmo. Mas não durou muito. Durante o processo de desmaoização, Deng declarou que não queria criticar Mao como Khrushchev criticara Stalin, e não quis pôr

em causa todos os erros políticos do tempo de Mao: por exemplo, continuava a considerar absolutamente necessária a campanha «antidireitista» (a perseguição dos intelectuais) de 1957, muito embora 99% dos perseguidos tivessem sido reabilitados por Hu Yaobang, responsável pelo departamento de pessoal do PCC. Deng temeu que a campanha de desmaoização tivesse um efeito de *boomerang* e o atingisse e impôs-lhe limites. Os primeiros a serem objecto da repressão depois da tomada do poder de Deng foram Wei Jingsheng e os seus associados. Estes tinham sido firmes apoiantes de Deng, quando este fora acusado pelo Bando dos Quatro de ser o Imre Nagy chinês, na altura do incidente de Tiananmen em 1976, quando os manifestantes exprimiram o seu ressentimento contra o domínio despótico de Mao e do Bando dos Quatro. Foi na sequência deste incidente que, pela segunda vez, Deng perdeu as suas posições no partido e no governo. Foi também com o apoio de Wei, que lançara a campanha da Primavera de Pequim depois do afastamento do Bando dos Quatro, que Deng pode vencer o seu adversário Hua Guofeng em 1978. Porém, quando Wei e outros, inspirados pela campanha de Deng para a «emancipação do pensamento», quiseram ir mais longe e puseram em causa a ditadura do partido comunista e de Deng, e exigiram a «quinta modernização» — a modernização da «superestrutura», incluindo a reforma do sistema político vigente — foram presos e o movimento da Primavera de Pequim foi banido como «contra-revolucionário». Depois da supressão da Primavera de Pequim, Deng apresentou as «quatro persistências» — a persistência do papel dirigente do partido comunista, do socialismo, da ditadura do proletariado (posteriormente alterada para ditadura democrática do povo) e do Marxismo-Leninismo-Pensamento de Mao Tsetung — como os fundamentos do PCC e da República Popular<sup>6</sup>, que vieram a ser inscritos na Constituição da RP da China. Com estes quatro «paus, Deng e os conservadores podiam atacar todos os que pusessem em causa o seu poder.

Durante o XII Congresso do PCC, em 1982, Deng procurou encontrar um misto de conservadorismo e de liberalismo — conservadorismo na política, liberalismo na economia — que denominou como «a via para um socialismo de tipo chinês». Esta contradição veio a colocar Deng e o partido comunista perante uma série de problemas intratáveis. Por isso dizem que Deng, desde então, dança o yangko — três passos em frente, dois atrás, ou dois passos em frente, três passos atrás, da esquerda para a direita e da direita para a esquerda, sem parar.

Quem mais sofreu com o síndrome pendular de Deng foram os intelectuais. Por um lado, eram encorajados a explorar novas vias e novas teorias para a modernização económica do país: muitos dos intelectuais mais brilhantes da China, que mais tarde integraram os grupos de estudo de Zhao Ziyang, apresentaram ideias para uma ruptura com o passado e o início de uma nova via, desenvolvendo a economia de mercado contra o controle rígido da economia, criando mecanismos de equilíbrio entre os

poderes administrativo, legislativo e judicial contra a autocracia e a burocracia, defendendo a liberdade de imprensa para travar a corrupção e a diminuição da interferência do partido comunista na arte e na cultura. Porém, por um lado, estes mesmos intelectuais eram permanentemente ameaçados pelos «paus» dos conservadores, que lançavam campanhas contra o «liberalismo burguês» e a «poluição espiritual», não só para acabar com a iniciativa de criar ideias novas, como para pôr em causa a política de abertura de Deng. Sob a pressão dos conservadores, certos intelectuais reformistas proeminentes foram forçados a fazer a sua «autocrítica» e foram afastados das importantes posições que ocupavam. Os intelectuais, naturalmente sensíveis, tinham a premonição de que essas campanhas iam acabar nas depurações típicas desde 1957: a espada de Damocles estava sobre as suas cabeças. Puderam evitar essa sorte com a protecção do secretário-geral do PCC, Hu Yaobang, que lançou contra-ofensivas contra os conservadores, contendo as suas cruzadas.

Esta situação só podia existir enquanto o «timoneiro» do partido, Deng, continuasse um jogo de equilíbrio entre conservadorismo e reformismo — mas era cada vez mais difícil fixar o fiel dessa balança. Os factos mostram que Deng acabou por ceder ao peso dos conservadores à custa dos reformistas.

Em 1986, realizou-se um debate *entre* os conservadores e os reformistas durante o Verão, na estância de férias de Beidahe. Tratava-se de saber se o termo «contra o liberalismo burguês» podia ser inserido no programa do partido. Os reformistas, com Hu, eram explicitamente contra, enquanto os conservadores insistiam na sua inclusão, afirmando que a campanha contra o «liberalismo burguês» devia continuar por mais setenta anos, até meados do próximo século. A arbitragem de Deng deu razão aos conservadores, embora limitando a duração da campanha a vinte anos<sup>7</sup>.

O resultado foi a paralisia da reforma política anunciada por Deng quando voltara ao poder. Provocou também o ressentimento dos estudantes, que organizaram as grandes manifestações de finais de 1986, exigindo, para além das suas reivindicações económicas específicas, que o partido realizasse a reforma política. As manifestações assustaram os conservadores, que aproveitaram a oportunidade para afastar Hu da sua posição como secretário-geral do PCC, sem respeitarem os procedimentos estatutários e acusando-o de ser «demasiado fraco» para travar a expansão do «liberalismo burguês».

Sem o seu braço direito, Deng ficou numa posição defensiva perante os conservadores. Zhao Ziyang, o seu braço esquerdo, mais um administrador do que um ideólogo, foi instalado na posição vulnerável de secretário-geral do partido, no meio de crescentes tensões ideológicas e de facção. O poder governamental, contra a vontade de Zhao, foi entregue a Li Peng e a Yao Yilin, que pertenciam à ala mais conservadora.

### A viragem interna

O novo equilíbrio, ou o novo compromisso *entre* as duas facções reflectiu-se no XII Congresso do PCC em Outubro de 1987. Depois de um longo debate, ambas as partes concordaram em definir o estado do socialismo na China como uma «etapa primária do socialismo», admitindo que a China continuava a ser um país pobre em termos de rendimento per capita e de educação, muito mais baixos do que nos países capitalistas vizinhos. A China devia portanto procurar desenvolver uma economia multifacetada, como a que existira nos anos cinquenta, com empresas privadas lado a lado com as empresas públicas e colectivas. Além disso, as políticas de liberalização correspondentes — a descentralização da gestão, a separação entre a propriedade e a gestão, a formação de empresas por acções, a expansão dos mecanismos de mercado para financiar e comercializar a distribuição da terra e de equipamentos, a reforma dos preços e da fiscalidade, um menor controle sobre as divisas estrangeiras — não deviam ser denunciadas como «capitalistas» e deviam ser tidas como necessárias à realização de um «socialismo mais qualificado». Deste modo, Congresso estabeleceu a base teórica para a continuação da reforma da economia.

Quanto à reforma política, Zhao não conseguiu incluir as ideias de Deng dos anos 1978-1980 nos documentos aprovados pelo Congresso, embora desde esta altura os reformistas tivessem uma clara consciência de que o pluralismo na economia implicava o pluralismo político e de que era preciso reformar a direcção centralizada do PCC, criada durante o «comunismo de guerra» e fortalecida por Mao. Para Zhao, depois do insucesso de Hu, já fora difícil persuadir a velha guarda e os burocratas a abandonarem uma parte dos seus privilégios e a consentirem em retirar-se ou partilhar o seu poder.

Por um lado, Zhao pode fazer aprovar certas medidas de reforma da direcção, que constituíam uma reforma administrativa, e não um movimento no sentido do pluralismo político. Estas medidas incluíam a separação das funções do partido e do governo, a transferência de poderes para o nível de decisão local, o estabelecimento de diálogo com o público, a introdução do sistema de candidaturas múltiplas na eleição dos organismos representativos e a garantia da «independência» do poder judicial. Pelo outro lado, Deng e os conservadores limitaram estas medidas para as impedir de enfraquecer o domínio do partido. Os documentos do Congresso sublinham que a «democracia socialista» rejeita a ideia ocidental da separação tripartida dos poderes ou, por outras palavras, que a «democracia» está sob a «direcção central do PCC», sem quaisquer contrapesos no poder administrativo, legislativo ou judicial, os quais, segundo Deng, levariam à divisão do partido e do país. Os documentos também sublinham os «quatro princípios cardeais» apresentados depois da supressão da Primavera de Pequim, que seguem os «seis princípios cardeais» de Mao, enunciados depois da repressão

dos intelectuais em 1957. Os intelectuais liberais foram uma vez mais avisados: o PCC nunca abandonaria os «seis princípios cardeais».

Com a introdução do sistema de candidaturas múltiplas na eleição do Comité Central, um certo número de arqui-conservadores não foram eleitos, revelando uma forte tendência reformista entre os delegados do Congresso. Zhao tinha razão para se congratular com a maioria reformista no Comité Central e no Bureau Político. Porém, Zhao, como secretário-geral e estatutariamente a primeira personalidade do partido comunista, não tinha o direito de tomar decisões definitivas: devia consultar previamente o Grande Dirigente Deng Xiaoping, que deixara de ser membro do *Bureau* Político e do Comité Central do PCC. Na prática, o *Bureau* Político e a sua Comissão Permanente estavam sob controle da velha guarda que se retirara, dos anciãos que tinham passado para o Conselho Consultivo do PCC e saído do Comité Central. De facto, Deng e a velha guarda continuaram a ser os verdadeiros dirigentes do partido comunista. Este tipo de gerontocracia tem paralelos na história chinesa, como na dinastia Qing, quando a imperatriz mãe comandava o jovem imperador nos bastidores. As rédeas do poder estiveram sempre nas mãos de Deng, que por vezes consulta a velha guarda em questões cruciais. Hu foi afastado porque, por ser demasiado radical, ofendera Deng e a velha guarda.

Este tipo de «dominação pessoal» herdado do passado imperial trouxe desastres a Mao, e está a trazê-los também a Deng.

O desastre chegou com a reforma dos preços, a parte mais difícil da reforma económica, imposta na primeira metade de 1980 por Deng contra a opinião do grupo de estudos de Zhao, que propusera o seu adiamento até que as condições amadurecessem. O resultado foi uma inflação sem precedentes na história da República Popular, sob os protestos da população urbana, cujo nível de vida entrou em queda. Este desastre associou-se a um sobre-aquecimento da economia — sobreinvestimento, aumento dos déficits orçamentais, perda de controle financeiro, déficit nas trocas externas — à estagnação da agricultura e à crise na educação, o que se reflectiu fortemente na sessão da Assembleia Popular Nacional realizada na Primavera de 1988, forçando o governo a adoptar medidas de austeridade para reajustar a economia.

O único sector social que beneficiou dos problemas económicos foi a burocracia do partido, cujos privilégios especiais são imunes à inflação, enquanto os filhos e as filhas dos burocratas se dedicam à especulação, tirando partido das suas ligações e do sistema de fixação de preços por «via dupla» (comprando bens por um preço inferior, fixado pelo Estado e vendendo-os por um preço superior de mercado) para ganharem dinheiro. A incompetência das instâncias disciplinares, subordinadas aos burocratas do partido, torna impossível conter a especulação e a corrupção. Em pouco tempo, a corrupção tornou-se uma praga nacional, pior do que antes de 1949, quando levou à queda do regime de Kuomintang. O agravamento dos problemas socio-económicos não só aumentou o ressentimento

público, como provocou a erosão do prestígio do partido comunista, alargando o fosso entre conservadores e reformistas.

Zhao começou a ser constantemente atacado pelos conservadores, que fizeram dele o bode expiatório para todos os problemas económicos, retirando-lhe o direito de intervir na decisão económica, controlada por Li Peng e por Yao Yilin, respectivamente Primeiro-Ministro e Vice-Primeiro-Ministro do Conselho de Estado. Mesmo a nova estratégia de Zhao, aprovada por Deng, de dar prioridade ao desenvolvimento das áreas costeiras, seguindo o modelo de Guangdong, passou a ser considerada demasiado arriscada e um factor de excessivo desnivelamento *entre* as áreas costeiras e o interior. O prestígio de Zhao estava em declínio, até entre os intelectuais, que encontravam nele um protector menos eficaz e menos liberal do que Hu Yaobong.

Por exemplo, no decurso de um dos últimos debates académicos, Zhao seguiu Deng para apoiar a ideia de um «neo-autoritarismo» contra o sistema democrático. Queriam assim recuperar o prestígio do partido e do governo, realizando as reformas e a modernização do país através da direcção autoritária do partido. De acordo, com a teoria do «neo-autoritarismo», os países subdesenvolvidos da Ásia devem assentar numa autocracia para criar uma economia moderna e uma estrutura legal — a Coreia do Sul e Taiwan foram citados como exemplos de sucesso. Ao mesmo tempo, rejeitavam a democracia ocidental como «incompatível com as características nacionais chinesas». Esta teoria teve a oposição da *intelligentsia* progressista, que sublinhava que os princípios da democracia — incluindo a separação de poderes, a liberdade, a igualdade, o primado do direito, os direitos humanos — desenvolvidos com a revolução francesa não pertenciam apenas à França, ao Ocidente ou aos países mais desenvolvidos: eram pertença de todos os países do mundo, como um produto da evolução social da humanidade. A democracia não podia ser dividida em «socialista» e «capitalista» e o nível de subdesenvolvimento económico não devia constituir um obstáculo para a aplicação dos princípios da democracia. No presente, a economia chinesa não era mais subdesenvolvida do que a do Japão há algumas décadas atrás, quando este país começara a democratizar o seu sistema político. As características nacionais eram certamente um factor importante, mas não deviam ser uma desculpa para rejeitar a democratização. A China precisa de pluralismo político em paralelo com o pluralismo económico, que é também um factor elementar de sucesso na Coreia do Sul e em Taiwan. O fim da autocracia é uma tendência histórica em numerosos países asiáticos, como nas Filipinas, na Índia ou na Birmânia. A China não pode continuar a depender de «salvadores», de «deuses» ou de «imperadores» para salvar o país e a economia. Os Chineses já sofreram o bastante com os desastres da autocracia e precisam de um Estado de direito, com a revisão da Constituição, a garantia do seu integral cumprimento, nomeadamente das liberdades de expressão, de

imprensa, de associação e de manifestação, a eleição livre dos órgãos representativos, o aumento do poder desses órgãos, que não devem estar sob a autoridade do partido comunista. As reformas devem proceder de acordo com os princípios da nova Constituição e não sob o comando de dirigentes individuais. A necessidade de controle macroeconómico não deve ser um alibi para defender a autocracia. Quanto mais problemas o país tem de enfrentar, mais necessária é a democracia, a audição de diferentes opiniões no processo decisório. Só pode aparecer um «dirigente» com verdadeira autoridade se tiver apoio do povo. Alguns desses intelectuais sugeriram mesmo que se redigisse um Manifesto dos Direitos Humanos para os Chineses, seguindo o exemplo das Declarações francesa e norte-americana.

Muito embora estas ideias tenham obtido um apoio crescente entre os estudantes, os intelectuais e os quadros, não foram toleradas por Deng e por Zhao. Alguns intelectuais proeminentes, membros dos grupos de estudo de Zhao, foram mesmo impedidos de participar nas comemorações do décimo aniversário da «emancipação do pensamento», que marcara o regresso de Deng ao poder e a abertura da sua era. Dez anos depois, o grande promotor do pensamento liberal tornara-se no seu espantalho.

Por essa razão, muitos intelectuais abandonaram Deng, e até Zhao, e viraram-se para os estudantes, mais receptivos às ideias progressistas. Foram justamente esses intelectuais que, no princípio da Primavera de 1989, iniciaram campanhas pedindo a libertação de Wei Jingshen e de todos os restantes presos políticos, com uma larga adesão dos intelectuais patriotas dentro e fora da China, demonstrando que a luta pela liberdade e pelos direitos humanos na China não era uma causa isolada. Como é natural, estes mesmos intelectuais deram a sua solidariedade ao movimento dos estudantes nos meses seguintes de Abril e Maio.

### **O movimento dos estudantes**

O papel da vanguarda dos estudantes nos movimentos de massa pela independência nacional, antes de 1949, e pela liberdade e pela democracia, depois de 1949, é uma característica da história chinesa contemporânea desde o movimento de 4 de Maio de 1919. Os exemplos mais próximos foram os movimentos pró-democracia de 1976, de 1986 e de 1989.

Sem liberdade de imprensa para poderem exprimir as suas posições, os estudantes usaram o luto pela morte de um dirigente respeitado — Zhou Enlai em 1976, Hu Yaobang em 1989 — para mostrar o seu ressentimento contra o despotismo e a autocracia. Os estudantes sentiram-se culpados e ficaram perplexos com a deposição de Hu em 1987, injustamente acusado de apoiar o movimento pró-democracia e é natural que quisessem obter das autoridades um veredicto justo acerca

de Hu. Esta reivindicação aparece ligada a outras, como a defesa da liberdade de imprensa e de manifestação, a luta contra a corrupção, o fim da campanha contra o «liberalismo burguês» ou o maior investimento na educação. Embora posteriormente tenham exigido um debate em pé de igualdade com os dirigentes do partido comunista e a demissão de certos dirigentes comunistas, o movimento estudantil manteve-se sempre no campo da legalidade, sem exceder o que Mao queria, em 1945, ou o que Deng anunciara, em 1978-1980, em termos de liberdade e de democracia. Os estudantes queriam curar a doença do partido comunista e não destruí-lo, curar, e não substituir, o sistema «socialista». O ano de 1989 coincide com o 70.º aniversário do movimento de 4 de Maio, com o bicentenário da Revolução francesa e com o 40.º aniversário da República Popular: as reivindicações de democracia e de liberdade tornaram-se tanto mais fortes.

Como as suas reivindicações reflectiam a vontade popular, os estudantes receberam um forte apoio da população. As manifestações alargaram-se a mais de trinta cidades, com a participação de intelectuais, de jornalistas, de artistas, de escritores, de trabalhadores, de quadros das instituições oficiais, incluindo o Ministério dos Negócios Estrangeiros, e das instituições do partido comunista, incluindo a Escola de Quadros e, até, de unidades da polícia e do exército. A população de Pequim apoiou voluntariamente os estudantes em Tiananmen, trazendo-lhes comida, remédios, dinheiro e outros bens necessários. As donas de casa e os camponeses dos arredores da capital foram, de sua livre vontade, para a cidade para impedirem o exército de entrar na praça de Tiananmen, levando consigo os seus filhos. Desde o princípio, de 15 de Abril até 3 de Junho, o movimento, que mobilizou milhões de pessoas, foi inteiramente espontâneo. Nenhum dirigente, mesmo que o houvesse, poderia organizar uma campanha tão longa e tão grande. Se bem que, pela primeira vez na República Popular, se tivessem formado organizações independentes de estudantes, intelectuais e trabalhadores, estas são ainda extremamente frágeis, cheias de problemas internos, sem comparação com o forte movimento do Solidariedade na Polónia, por exemplo. As organizações independentes queriam um movimento autónomo, que não estivesse subordinado às lutas internas do partido comunista e que não fosse manipulado pelas facções comunistas. De início, o movimento criticou Zhao, por ter deixado filhos seus envolverem-se na especulação e na corrupção e por ser demasiado fraco para parar a campanha contra o «liberalismo burguês». No entanto, à medida que o movimento se aprofundou, foi impossível evitar que este fosse capturado pelas lutas internas do partido. A linha dura do partido, dirigida por Li Peng e Yan Shangkun com o apoio da velha guarda, usou o movimento para pressionar Deng, forçando-o a uma análise errada, baseada em informação incorrecta, que levou ao editorial do Diário *do Povo* de 26 de Abril. Este condenou o movimento como uma conspiração manipulada por um pequeno número

de «mãos negras» para minar o partido comunista e o sistema socialista. Obviamente, a linha dura quis matar dois coelhos numa cajadada — liquidar a facção reformista do partido e destruir o movimento pró-democracia. A situação tomou-se mais complicada quando Zhao se opôs ao editorial, e rejeitou o recurso à lei marcial e à intervenção militar contra os estudantes. Zhao quis usar o movimento para se proteger a si e aos seus apoiantes, mas acabou por ser a vítima da luta, por não ter sabido aproveitar as oportunidades, nem tomar uma posição de maior firmeza ao lado do movimento-pró-democracia e dos seus aliados no partido e no exército.

O movimento pró-democracia foi reprimido violentamente, numa intervenção do exército popular sem precedentes na história recente da China. Poder-se-ia ter evitado a tragédia? Os estudantes podem ser criticados por não terem retirado as suas forças de Tiananmen mais cedo, quando Zhao fez um apelo ao diálogo com os estudantes e procurou resolver os problemas de um modo calmo, racional, ordeiro e legal. Mas a responsabilidade maior cabe à linha dura de Li e Yang, cujo objectivo era destruir pela força o «levantamento contra-revolucionário».

Deng cometeu o mesmo erro que Mao fizera ao ordenar a repressão da manifestação de Tiananmen de 1976, da qual Deng foi a vítima. Deng não tinha razão quando, no seu discurso de 9 de Junho, disse que o objectivo do movimento era a destruição do partido comunista e do sistema socialista e o estabelecimento de uma república ocidental burguesa. Um movimento pacífico de estudantes não podia, por certo, pôr em causa a existência de um partido e de um regime armados, e as suas reivindicações enquadravam-se na Constituição chinesa.

Desta vez, Deng colocou o seu peso do lado da linha dura, porque nem ele, nem a velha guarda, podiam suportar que o seu poder e os seus privilégios fossem postos em causa. Yang Shangkun revelou que o grupo de octogenários tinha realizado uma reunião de emergência, decidindo manter a linha do editorial de 26 de Abril e não recuar nem um passo: «se cedermos, o colapso é inevitável» — o colapso do seu partido e da sua República era inevitável. Quiseram, por todos os meios, defender o seu domínio, a sua hierarquia e a sua autocracia, mesmo impondo a lei marcial, uma medida inconstitucional sem a prévia aprovação da Comissão Permanente da Assembleia Popular Nacional. Os que os não seguiram, como Zhao, foram acusados de serem «antipartido», de quererem «dividir o partido» e de estarem coniventes com os «contra-revolucionários».

Por isso se disse que Deng estava «confuso e louco», quando mandou abrir fogo sobre os estudantes e quando cortou o seu braço esquerdo. Porém, Deng estava sóbrio e determinado a defender o seu poder, quando ordenou que se instalasse um dispositivo de centenas de milhares de soldados das várias regiões militares a cercar a capital, para manter um equilíbrio *entre* as forças militares, evitar um golpe militar e

forçar os apoiantes de Zhao a renderem-se perante a força das armas. Deng tinha razão ao dizer que o afrontamento era inevitável, tanto por causas externas como por causas internas<sup>8</sup>. As causas internas foram a insatisfação popular e as manifestações contra a autocracia herdada do passado e contra os métodos stalinistas herdados por Mao, que Deng continua a preservar. A luta continuará enquanto não existir nem liberdade nem democracia na China.

As causas externas encontram-se no declínio contínuo do movimento comunista internacional, com os casos da Jugoslávia, da Polónia, da Hungria, da Checoslováquia e posteriormente da própria União Soviética, na sua procura irregular da reforma política e económica. Positivas ou negativas, essas mudanças tiveram impacto na China, inspirando muitos na via das reformas, designadamente da reforma política, em que a China está mais atrasada. Todavia, Deng não quis aprender nem com Gorbachev, nem com Jaruzelski, por ter medo de perder o poder.

Deng voltou mesmo ao argumento sobre a tática da «evolução pacífica» que as potências ocidentais querem aplicar aos países socialistas para tomarem a fortaleza por dentro, tornando-os «vassalos do imperialismo»<sup>9</sup>. Este era um velho argumento de Mao na polémica com Khrushchev, para justificar a sua teoria da luta de classes durante a Revolução Cultural - eliminar os inimigos internos para salvaguardar a independência nacional.

Porém, esta teoria não é compatível com a política de abertura de Deng. As centenas de milhares de estudantes chineses no Ocidente não fecharão os olhos para não verem a superioridade do capitalismo sobre o socialismo de Deng, e muitos desses estudantes serão os sucessores da velha guarda. Nem a China ficará imune à influência ocidental («poluição é o termo de Deng) nas suas relações económicas e culturais com o Ocidente. Só se regressar ao isolamento que a si mesma se impôs durante a Revolução Cultural poderá a China preservar intacta a sua «pureza». Deng pode impedir as pessoas de falar, não as pode impedir de pensar.

### **As consequências da repressão**

A primeira e mais imediata consequência da repressão é uma crescente crise de confiança. O prestígio de Deng e do partido comunista nunca foi tão baixo. A população não aceita que os estudantes que fizeram as greves de fome e as manifestações pacíficas sejam incriminados como «bandidos contra-revolucionários», presos ou secretamente executados — só as populações isoladas nos campos podem ainda acreditar por um tempo na propaganda oficial. Depois de tantas campanhas políticas, as pessoas sabem como se comportar perante as lavagens ao cérebro e as confissões comandadas pelo partido: calam-se e mentem. Por detrás dessa quietude há um profundo ressentimento.

Os pequinenses contam uma anedota elucidativa: Uma das palavras de ordem que os manifestantes gritavam era «Abaixo Li Peng!». Uma noite, Li acordou excitado de um sonho e acordou também a sua mulher para lhe dizer: «Tive um sonho formidável. Em toda a China há manifestações de apoio ao meu governo. Sabes o que gritam? 'Viva Li Peng!' O que quererá dizer este sonho?» E a sua mulher respondeu: «Apenas que não estás acordado»<sup>10</sup>.

Embora as perseguições sejam ainda mais duras do que durante a Revolução Cultural, as pessoas não parecem tão assustadas. Continuam a realizar-se encontros clandestinos nas universidades. Há armas que não foram recuperadas e soldados abatidos durante as patrulhas por atiradores furtivos. O regime de Li Peng só pode sobreviver com o apoio da força armada. No exterior, os estudantes e os intelectuais estão a formar uma frente democrática, para apoiar os seus compatriotas na China na sua luta pacífica e legal pela democracia.

A segunda consequência é o aprofundamento das clivagens internas do PCC. Como o pêndulo de Deng está agora na extrema esquerda, em benefício da linha dura e dos conservadores, o fosso *entre* as duas alas aumentou. Numa intervenção perante militares, Yang Shangkun queixou-se da lentidão com que os níveis inferiores respondiam às decisões dos comandos, reveladora de que não compreendiam a situação<sup>11</sup>. O apoio das autoridades locais a Li e Yang é superficial: estas beneficiaram, sobretudo nas áreas costeiras, das políticas reformistas de Zhao e mostram relutância em voltar a uma linha esquerdista. Torna-se mais difícil manter o conjunto do partido alinhado com o passo das autoridades centrais. O próprio Comité Central do PCC não pôde ser persuadido a votar unanimemente a deposição de Zhao e ainda seria mais difícil forçá-lo a submeter Zhao a julgamento por causa dos seus «crimes», como o queriam os conservadores.

Contudo, seguindo as instruções de Deng para «não ter mercê dos adversários», a depuração dos apoiantes de Zhao prossegue. Em primeiro lugar, o seu grupo de estudos da Academia das Ciências Sociais e do Conselho de Estado foi desmantelado e os intelectuais liberais postos na lista negra. A luta contra o «liberalismo burguês» tornou-se a primeira prioridade do PCC, sublinhando-se que a falta de firmeza e de controle ideológico fora a principal causa do «levantamento contra-revolucionário». A teoria stalinista e maoísta sobre a «agudização constante da luta de classes», outrora refutada por Deng, voltou a ser usada para prevenir contra a «falta de vigilância face ao inimigo». A persistência dos «quatro princípios cardeais» passou a ser mais importante do que tudo o resto.

É claro o regresso do clima da Revolução Cultural. Quadros do tempo da Revolução Cultural voltaram a ocupar posições importantes nos meios de comunicação e promovem artigos, designadamente no *Diário do Povo*, de condenação de Zhao e dos intelectuais liberais; recorrendo aos argumentos típicos da Revolução Cultural e da polémica entre Mao e

Khrushchev. A composição do Ministério da Cultura, a parte mais sensível no confronto ideológico, foi alterada. O Ministro da Cultura, de tendência liberal, foi substituído pelo seu rival, apoiado por escritores ultra-esquerdistas, antigos defensores da Revolução Cultural. A teoria maoísta que subordina a literatura e a arte à política, foi restaurada e os livros dos escritores liberais, bem como a biografia de Zhao, estão a ser banidos e deitados fora juntamente com o lixo pornográfico.

Os jornalistas, que foram extremamente activos nas manifestações de Maio pela liberdade de imprensa, seguem-se na lista das depurações. Estão a ser filtrados e enviados para a província ou para áreas remotas, como durante a Revolução Cultural. A legislação sobre a reforma da imprensa foi definitivamente adiada.

Os estudantes passaram a ser objecto de um controle ideológico rígido. A educação política voltou a ser inserida e valorizada nos *currícula*, e os critérios políticos mais uma vez prevalecem sobre as qualificações profissionais na atribuição de postos aos licenciados. Os programas de treino militar e de «reeducação» nos campos foram prolongados.

Os quadros políticos a nível local e nas empresas, cujo poder de interferência na vida empresarial fora limitado pelas reformas de Zhao que separavam as funções partidárias das funções empresariais, estão a recuperar o seu poder de controle sobre as empresas.

Estes exemplos revelam uma tendência forte de regresso aos velhos tempos da Revolução Cultural, neutralizando o que fora adquirido com as reformas. Muitos membros do PCC, incluindo veteranos, estão desiludidos e teriam saído do partido, tal como aconteceu com os estudantes no exterior, se não fora a certeza da discriminação e das perseguições. Deng tem consciência de que este desequilíbrio o pode arruinar e ao partido comunista. Deste modo, logo após a deposição de Zhao, disse aos membros da Comissão Permanente do *Bureau* Político para não alterarem nem uma palavra da resolução do XIII Congresso do PCC, feita quando Zhao era secretário-geral. Também as políticas estabelecidas desde o terceiro plenário de 1978 não deviam ser alteradas. Deng sabia que uma parte dos dirigentes da linha dura, quando acusaram Zhao, queria deitar fora a criança juntamente com a água do banho.

Deng sublinhou a necessidade de defender a política de abertura e as reformas. Disse que os manifestantes, mesmo quando se lhe opunham, não eram contra essas duas políticas. Assim, escolheria como sucessores de Zhao os dirigentes que podiam manter estas duas políticas e que tivessem dado provas de empenho concreto na sua realização. Depois de negociações com a velha guarda, os sucessores de Zhao e do seu inconstante aliado Hu Qili foram escolhidos entre candidatos com essas características.

O primeiro é Jiang Zemin, um engenheiro electrotécnico de 63 anos, de Shanghai, que estudou na União Soviética nos anos cinquenta. Foi Ministro da indústria electrónica nos anos oitenta e depois administrou Shanghai,

como presidente da câmara e como secretário do partido comunista, respectivamente em 1985 e em 1987. Como vem de uma das mais importantes áreas costeiras da China, devia ser, naturalmente, mais aberto do que Li Peng, o que é importante para a realização da política de abertura e de reformas. Infelizmente, o seu passado não aponta nessa direcção, e o seu mérito maior terá sido o de reprimir eficazmente o movimento estudantil em Shanghai em 1986 e demitir o director do *World Economic Herald*, o jornal mais liberal da Shanghai, em Abril de 1989. Não pertence a nenhuma facção interna e é tanto mais aceitável e obediente à velha guarda. E politicamente fraco, como o era Hua Guofeng, o sucessor escolhido por Mao. Durante a eleição no Comité Central, só conseguiu obter uma escassa maioria, o que deixou Deng preocupado. Por essa razão, Deng persuadiu o *Bureau* Político a unir-se à volta de Jiang e a cooperar com o novo secretário-geral. Deng parece estar perante o dilema de ter de encontrar um candidato mais forte, para assegurar os frágeis equilíbrios na direcção do partido. Jiang pode vir a ser apenas uma figura de transição, como o foi Hua.

Jiang está acompanhado por um segundo candidato do mesmo tipo — Li Ruihuan, um antigo carpinteiro de 55 anos, desde 1981 presidente da câmara de Tientsin, a terceira maior cidade chinesa. Foi o dirigente encarregado de construir o mausoléu de Mao e desempenhou notavelmente as suas funções na reconstrução de Tientsin, depois do terramoto de 1976. Tal como Jiang, notabilizou-se na repressão do movimento estudantil e na luta contra o «liberalismo burguês». E também lhe falta experiência política na direcção do partido comunista.

Deng procurou remediar as vulnerabilidades de ambos com um terceiro candidato, Song Ping, um quadro político veterano, com 72 anos. Song tem formação universitária e foi durante a guerra civil secretário político de Zhou Enlai. Mantém fortes ligações com Yao Yilin (Vice-Primeiro-Ministro e membro da Comissão Permanente do *Bureau* Político do PCC). Desde 1987, Song é o responsável pelo departamento de organização e de pessoal do PCC.

A Comissão Permanente do *Bureau* Político, o centro de decisão do partido comunista, passou a ser composta por seis membros — um número par, o que é pouco vulgar e, até, anti-estatutário, no caso de empate numa votação. Mas, para Deng, o mais importante é manter o equilíbrio e executar as suas principais políticas - de abertura, de reforma e de oposição ao «liberalismo burguês».

O problema está em saber se se pode ou não manter o equilíbrio. O próprio Deng parecia não estar seguro disso. Por isso, no seu último discurso de 16 de Junho, na Comissão Permanente do *Bureau* Político, Deng proibiu as polémicas e as lutas internas no partido durante os próximos dois anos, pelo menos. Eis o que pode não ser mais do que a expressão de boas intenções do velho dirigente.

A terceira consequência foi a instabilidade no exército. O exército foi sempre um instrumento importante na luta pelo poder. Mao disse que o

poder estava na ponta das espingardas, e que o PCC devia manter-se no poder com as armas numa mão e a caneta na outra. Mas, no momentos cruciais, as armas acabam por ser mais importantes do que as palavras. Quando Mao perdeu a sua posição de controle *político* na Revolução Cultural fez avançar o exército para segurar o país. Durante este Verão, Deng fez o mesmo em Pequim para proteger a sua própria posição e destruir o movimento pró-democracia. Quando se comemorou o êxito da repressão, Deng e os outros principais dirigentes militares apareceram em público, numa demonstração de unidade que, na realidade, estava ameaçada de ruptura. Durante a repressão, os rumores acerca da possibilidade de uma guerra civil e, mais tarde, sobre a detenção do Ministro da Defesa, revelavam um certo grau de rivalidade e de instabilidade dentro das fileiras militares.

Desde que Deng passou a ocupar o principal posto militar — presidente da Comissão Militar do Comité Central do PCC — há dez anos atrás, iniciou a reforma das forças armadas, reduzindo o número de regiões militares de onze para sete, mudando os seus comandantes e nomeando os seus homens de confiança do II Exército de Campanha (comandado por Deng durante a guerra civil) para posições chave, como aconteceu, por exemplo, com Qin Jiwei, comandante da Região Militar de Pequim e, mais tarde, Ministro da Defesa e membro do *Bureau Político*. Deng também reduziu as forças armadas em um milhão de homens e muitos dos antigos comandantes foram forçados a passar à reserva, sendo substituídos por quadros mais novos, com uma preparação militar moderna, e que se tornaram apoiantes das reformas.

Uma figura central da repressão foi Yang Shangkun. Yang pertence à mesma geração revolucionária e é oriundo da província de Deng, embora tenha tido uma formação diferente. Pertencia ao grupo *bolchévik*, educado em Moscovo, e ocupava uma posição mais elevada do que a de Deng no partido e no exército durante os anos trinta e quarenta. Porém, foi envolvido nas lutas partidárias internas e não tinha a confiança de Mao. Nos anos cinquenta, Deng ocupava uma posição superior à sua, até ambos caírem em desgraça durante a Revolução Cultural. Próximo de Deng, Yang foi nomeado secretário-geral da Comissão Militar Central em 1981 e, no ano seguinte, tornou-se membro do *Bureau Político*. No XIII Congresso do PCC foi designado vice-presidente da Comissão Militar Central, tornando-se no braço direito de Deng no exército.

Todavia, faltava a Yang um real apoio nas forças armadas, designadamente *entre* os velhos marechais e os generais na reserva, sobretudo por causa do seu nepotismo e da corrupção entre os seus parentes, que usava para controlar os três departamentos da Comissão Militar Central — o Estado-Maior, o Departamento Político Geral e o Departamento de Logística.

Para conter a crescente influência de Yang, Deng nomeou Zhao primeiro vice-presidente da Comissão Militar Central, quando da sua eleição como

secretário-geral do PCC. Zhao deveria ser o sucessor de Deng como presidente da Comissão Militar. Mas Zhao não tinha raízes no exército e teve de tentar criar influência procurando o apoio dos comandantes e dos oficiais mais novos das regiões militares. Tentou até criar uma força especial sob o seu controle directo, no que foi impedido por Yang Shangkun, que continuou a controlar os assuntos correntes do exército, com o apoio de Deng<sup>12</sup>.

O movimento estudantil em Maio e a divisão interna do partido comunista aumentaram as tensões no exército. Segundo Li Peng, que se tornou um aliado de Yang com o apoio da velha guarda, o dispositivo militar instalado à volta de Pequim, incluindo as unidades de artilharia anti-aérea, de armas químicas e tropas aero-transportadas, existia para impedir um golpe militar de Zhao, que o podia ter executado com o apoio de Qin e outros oficiais.

Os velhos marechais e os generais na reserva, incluindo o antigo Ministro da Defesa, o antigo Chefe de Estado-Maior-General e o antigo Chefe do Estado-Maior da marinha de guerra enviaram conjuntamente a Deng uma petição para que não se usasse da força contra os estudantes, entre os quais se encontravam filhos e netos destes oficiais generais.

Um certo número de jovens oficiais recusou-se a cumprir as ordens de reprimir os estudantes e a população de Pequim e foram portanto punidos pelo responsável militar pela lei marcial, um parente de Yang, que se viu obrigado a usar tropas de elite sob o seu comando directo para intervir em Tiananmen.

Na Academia Militar e, até, nas paredes do Estado-Maior-General, apareceram cartazes que diziam «Abaixo a família Yang!». Os oficiais que hesitaram ou resistiram à lei marcial estão a ser depurados.

Yang aparece como o herói da lei marcial, exagerando a sua importância, o que cria suspeitas por parte de outros oficiais e do próprio Deng que, do ponto de vista de Yang, é o último obstáculo a transpor para a sua tomada do poder. A relação *entre* Deng e Yang é paralela à de Mao com Lin Biao, quando este último conspirava para usurpar o poder do seu mestre.

Atento às lições da história, Deng impediu que Yang o isolasse e está a tentar reformar a Comissão Militar Central, criando uma forma de direcção colectiva das forças armadas, incluindo os generais na reserva e os comandantes das regiões militares, diminuindo o poder de Yang.

O cerne do problema continua a ser a sucessão de Deng na sua derradeira posição oficial como presidente da Comissão Militar Central. Existem várias opções. A primeira é instalar Jiang na posição de primeiro vice-presidente da Comissão, deixada vaga por Zhao, embora Jiang não tenha quaisquer raízes no exército, o que dificulta a sua aceitação pelos militares. Outra opção é procurar um candidato entre os velhos generais, como Wang Zhen (vice-presidente da República, um arquiconservador que tem a confiança de Deng). E uma decisão difícil: qualquer erro pode destruir os equilíbrios internos.

A quarta consequência é o crescente declínio económico. A principal preocupação de Deng depois da repressão era o agravamento da crise económica, e procurou conter essa tendência persistindo nas políticas de abertura e de reforma. Mas é duvidoso que as consiga sustentar.

Em resposta à repressão, os países ocidentais e o Japão anularam ou adiaram empréstimos necessários para resolver os estrangulamentos nas redes de transportes e de abastecimento de energia, essenciais para a modernização económica.

A repressão assustou uma parte dos investidores, que dirigiram as suas estratégias de investimento para regiões politicamente mais seguras. Também atingiu a transferência de tecnologia. A diminuição dos investimentos externos é particularmente séria para as indústrias de exportação, sobretudo nas áreas costeiras e nas zonas económicas especiais, com a consequente perda de divisas. Os déficits das balanças externas, que têm aumentado desde 1984, não podem assim ser equilibrados. A indústria do turismo foi igualmente atingida pela repressão. Nas semanas seguintes ao incidente de Tiananmen, o número de visitantes caiu de 50 a 90% , causando ainda maiores perdas de divisas, difíceis de recuperar.

A repressão provocou também uma crise de confiança *entre* os trabalhadores, com diminuição da produtividade e do crescimento industrial. As estatísticas oficiais mostram que o crescimento industrial desde Junho diminuiu de 50% em comparação com o mesmo período em 1988, com uma perda de 13 mil milhões de yuan RMB só para o primeiro mês nos lucros industriais. Estes diminuíram de 12% nos primeiros sete meses deste ano, devido a dificuldades financeiras e à falta de energia e de matérias-primas. Mesmo nas áreas costeiras mais desenvolvidas, como na província de Guangdong, as empresas industriais estão a trabalhar abaixo da sua capacidade instalada, o que prejudica os rendimentos dos trabalhadores.

As indústrias rurais que se desenvolveram durante as reformas, empregando noventa milhões de trabalhadores e representando um quarto do valor do produto industrial chinês, estão a ser condenadas por Deng como um desperdício de energia e de matérias-primas<sup>13</sup>. Até agora 1.8 milhões de empresas rurais foram extintas e 3.6 milhões estão a trabalhar abaixo das suas capacidades: quinze milhões de trabalhadores rurais sem emprego começam a dirigir-se para as áreas urbanas, sobretudo para as áreas costeiras, como Guangdong, perturbando a ordem e fazendo aumentar a criminalidade. Mesmo o delta do rio das Pérolas, a área com o mais alto grau de desenvolvimento industrial, devido à proximidade de Hong Kong e de Macau, não escapa a estas medidas. Centenas de milhares de trabalhadores estão a ser despedidos, agravando o desemprego, que se tornou um sério problema na China. As políticas de austeridade de Li Peng, retirando 90 mil milhões de yuan à indústria de construção, vão

acrescentar dez milhões de trabalhadores da construção civil ao número dos desempregados.

Contudo, as políticas de austeridade não conseguiram conter a inflação, que registou um índice de 40% em 1988 nas áreas costeiras, levando a uma quebra de um terço nos salários reais da população urbana. Em Abril, o índice da inflação era de 27% . Depois da repressão, a crise de confiança veio aumentar o fosso entre a procura e a oferta e, apesar das medidas severas contra a corrupção adoptadas por Jiang, esta continua fora de controlo. Faltam ao governo entre 5 e 6 mil milhões de yuan para pagar aos camponeses as suas colheitas, problema que só pode ser resolvido imprimindo moeda e aumentando a inflação.

O aumento dos subsídios governamentais à agricultura, que constituem 10% dos rendimentos do Estado, dificilmente podem travar o declínio da produção agrícola no contexto das medidas de austeridade impostas contra os camponeses. Nos últimos quatro anos, a população aumentou de 60 milhões, enquanto a produção de cereais, de algodão e de outros produtos agrícolas estagnou ou desceu abaixo dos níveis de 1984. Este quadro sombrio da economia está expresso no relatório do Ministério das Finanças de Julho de 1989, que mostra como o país está longe de poder resolver os seus desequilíbrios orçamentais, aos quais se somarão, este ano, 341 mil milhões de yuan. Se os subsídios aos preços têm aumentado a um ritmo de 39.8% por ano desde 1979, enquanto os subsídios às empresas estatais deficitárias aumenta de 13.6% por ano. Os déficits orçamentais e da balança de pagamentos viram a dívida externa aumentar de cerca de 38 % por ano, para atingir 140 mil milhões de dólares em 1988. Em 1992, o pagamento da dívida será de 12 a 13 mil milhões de dólares em média por ano, o que representa 20% do valor total das exportações, pesando fortemente sobre as escassas reservas cambiais.

O declínio da economia deu a Li Peng e a Yao Yilin a oportunidade para voltarem a pôr em prática as políticas de Chen Yun, o velho economista stalinista que se tornou perito no «reajustamento» económico depois do desastre de Mao em 1959, do de Hua em 1979 e do de Zhao em 1989. Ao contrário de Deng e de Zhao, que defendiam a economia de mercado contra a economia planificada, Chen Yun era partidário do modelo da gaiola — em que a economia de mercado (o pássaro na gaiola) é sempre limitada e subsidiária, só pode voar dentro dos limites da economia planificada (a gaiola do pássaro), que é o essencial da economia baseada na propriedade pública dos meios de produção.

Seguindo a teoria de Chen, Li e Yao voltaram a impor controles estritos sobre o investimento, os preços e a distribuição através de directivas administrativas e de uma maior planificação económica, retirando aos níveis locais os poderes que tinham sido descentralizados.

Foram as áreas costeiras, como o Guangdong, aquelas que têm um maior grau de abertura ao investimento externo e um mercado económico mais desenvolvido, as mais atingidas pelas políticas de austeridade. O nível de

crescimento económico de Guangdong deixou de ser o mais alto e caiu abaixo da média nacional. O Governador da província protestou em Pequim e exigiu que Guangdong tivesse um tratamento de excepção e pudesse continuar as suas políticas de flexibilidade e, até, que a lei marcial fosse abolida para tranquilizar os investidores externos. As suas exigências foram rejeitadas<sup>14</sup>.

O afrontamento entre Deng e Chen, amigos e adversários da mesma geração, surgirá à volta do problema da reforma da economia. Deng quer manter a política de abertura e políticas flexíveis para atrair o investimento externo e Chen prefere regressar aos velhos tempos do isolamento económico, rejeitando até a experiência das zonas económicas especiais.

Os chineses não querem voltar aos tempos do isolamento. Na última década tiveram uma vida mais fácil e melhor. As relações económicas externas geraram 25% do produto interno bruto. As mais de vinte milhões de empresas individuais ou privadas não podem ser eliminadas só pela vontade de Chen, e a terra que foi descolectivizada não pode voltar a ser colectivizada sem criar uma profunda perturbação social.

A quinta consequência é o isolamento de Pequim perante a comunidade internacional. A brutalidade e a violência da repressão provocaram a indignação moral não apenas nos países ocidentais, como até em países do Terceiro Mundo e do bloco comunista.

Depois de um período de silêncio, até Gorbachev disse que os estudantes eram a favor das reformas e não deviam ser considerados como contra-revolucionários, e que seria grave se a China abandonasse as reformas. *O Notícias de Moscovo* publicou um artigo de um sinólogo soviético que defendia ser inadmissível o emprego das armas para reprimir os manifestantes. Só os conservadores são a favor da «mão de ferro». O artigo afirmava ainda que era um erro dizer que a única maneira de resolver a crise era deitar fora o socialismo, mas que também era igualmente errado pensar que para se evitar o caos e a repressão era preciso manter intacto um tipo stalinista de socialismo: a única maneira de evitar o declínio, a corrupção e o caos era a reforma do socialismo totalitário<sup>15</sup>.

Deng devia escutar o conselho do seu irmão mais velho soviético, bem como o do seu irmão mais novo húngaro, que aprenderam as lições da repressão violenta dos «contra-revolucionários» na Hungria em 1956. No Ocidente, procuraram ver os dois lados da moeda. Por um lado, a indignação moral levou os dirigentes ocidentais a avisar Pequim acerca das normas internacionais que devia observar; por outro lado, prevaleceu uma atitude pragmática e reservada para evitar atirar a China para o isolamento, o que teria sérias consequências para os equilíbrios internacionais: manter o diálogo com Pequim e uma certa cooperação com os dirigentes chineses seria a melhor maneira de manter a China na linha das reformas e de a deixar desempenhar um papel construtivo nas relações internacionais.

Esta estratégia está expressa na declaração conjunta dos Estados Unidos e do Japão, que sublinha ser a continuidade das relações com a China o modo mais apropriado para assegurar a sua modernização e a sua democratização. Uma China estável e forte é importante para manter a paz e a estabilidade na região da Ásia-Pacífico.

## Conclusão

Passando em revista as raízes e as consequências do incidente de 4 de Junho, parece claro que o regime de Deng se encontra num ponto de crise semelhante ao que atingiu o regime de Mao em 1976. Quando se reuniu, em 19 de Junho de 1989, com uma parte dos membros do *Bureau* Político, Deng mostrou-se perfeitamente consciente da seriedade do risco que representa ter o destino do país dependente da reputação de um só homem. Afirmou não querer continuar a desempenhar o papel de dirigente nos bastidores e encorajou os novos dirigentes a tomarem decisões por si próprios e a orientarem sozinhos o partido e o país. Nas suas palavras, um homem com oitenta e cinco anos devia retirar-se.

O que acontecerá quando Deng sair de cena, sem deixar ninguém que pela sua autoridade possa manter o equilíbrio de poder dentro do partido? Há mais do que uma hipótese:

i. Controle absoluto por parte dos arqui-conservadores sobre o partido e sobre o exército, travando todas as reformas e regressando ao isolamento. Esta hipótese tem uma fraca probabilidade, porque os moderados e os reformistas se tornaram numa força real durante os dez anos de domínio de Deng, e podem impedi-la. Mesmo que os conservadores conseguissem formar um tal domínio totalitário, forçando um retrocesso para os anos cinquenta ou sessenta, este não duraria muito face às manifestações populares, articuladas com a resistência dentro do partido e do exército. Hoje em dia, a população já não é tão paciente nem tão obediente como no passado, e o partido não está unido como nos anos cinquenta ou sessenta. Quanto mais o pêndulo se inclina para a esquerda, tanto maior é o vazio entre o partido e a população.

ii. Um rápido regresso à linha reformista, com um dirigente do tipo de Zhao ou de Hu, com forte apoio popular. Também esta é uma hipótese com fraca probabilidade, perante o enraizamento do conservadorismo a todos os níveis nas instituições do partido, do Estado e do exército. A reforma dos últimos anos está longe de ter desenraizado o conservadorismo destas instituições. O reformismo só pode prevalecer sobre o conservadorismo quando o domínio da gerontocracia terminar e as gerações mais jovens e mais liberais tomarem as rédeas do poder. A China é diferente da União Soviética, da Hungria ou da Polónia, onde o capitalismo e o liberalismo tiveram um mais alto grau de desenvolvimento no período pré-revolucionário. Além disso, o nível económico e educativo desses países também é superior ao da China.

E, pois, mais fácil que esses países produzam quer um Gorbachev, quer um Walesa. Na China, o aparecimento de dirigentes reformistas mais fortes do que Hu e Zhao demorará mais tempo e mais ainda demorará até que possam surgir dirigentes fora do partido, uma vez que não há liberdade que torne possível a acção de dirigentes da oposição que não pertençam ao partido comunista.

Desintegração da capacidade de controle das autoridades centrais, na ausência de um dirigente forte, como Mao ou Deng, ou de um Zhao que fosse um Gorbachev, tendo como resultado um aumento dramático das tendências centrífugas das províncias, levando o país para o caos. Era isto que os defensores da dominação «neo-autoritária» queriam evitar. Porém, no ciclo histórico chinês de dominação autocrática, o último soberano é sempre mais fraco do que o primeiro ou o segundo imperador da dinastia. Deng tem menos autoridade do que Mao, e o sucessor de Deng, Jiang, é mais fraco ainda. Deng não conseguiu encontrar um sucessor mais forte que executasse a sua vontade sem destruir as suas políticas de reforma e de abertura. As tendências contrífugas locais são um resultado natural de uma direcção central fraca: assim foi depois da deposição da dinastia Qing e assim continuou a ser até Mao conseguir voltar a unir o país em 1949. Neste momento, Li Peng já tem de enfrentar a desobediência local e uma relutância crescente no cumprimento das ordens das autoridades centrais. Se já Mao e Deng tinham dificuldades em controlar essas tendências, Li e Jiang, que não têm uma autoridade comparável, terão tantos mais problemas, sobretudo quando as autoridades locais entenderem que são os seus interesses que estão a ser postos em causa por políticas erradas do centro, e se não existir a possibilidade de coordenação dos interesses através do Congresso Nacional Popular, que se *está* a tomar numa instituição subordinada à direcção do partido.

iv. Longos períodos de avanços e de recuos, de alternância entre períodos de dominação mais opressiva ou mais moderada, reflexo de uma luta prolongada *entre* os conservadores, os moderados e os reformistas dentro do partido. Esta é a hipótese mais provável, uma vez que nenhuma das facções tem condições para impor duradouramente o seu domínio sem ser posta em causa pelas outras facções. No quadro de uma crescente crise de confiança, a divisão interna do partido tornar-se-à mais evidente. Os fundamentos de uma unidade ideológica, quer os de Mao, quer os de Deng, estão gastos e não há nenhum dirigente com força bastante para criar uma ideologia nova (como Gorbachev o fez com *a perestroika*) capaz de dar ânimo à unidade partidária. A contínua luta interna dentro do Partido Comunista da China, mesmo que não se torne numa guerra civil, é o modo automático de criar o equilíbrio entre as facções internas e continuará a existir enquanto a China for dominada por um partido único.

O ciclo da autocracia só pode ser interrompido se existirem também contra-poderes fora do partido, tal como acontece na Polónia e na

Hungria, no quadro de um sistema pluripartidário, que poderia vir a estabelecer um equilíbrio entre os poderes executivo, legislativo e judicial.

Tendo em conta o nível de desenvolvimento e o nível educativo da China, terá de passar muito tempo até que seja possível estabelecer um sistema democrático deste tipo. Muitos pensam que isso só será possível em meados do próximo século, ou ainda mais tarde, tal como no Ocidente se passaram séculos até se completar esse processo.

Mas não vale a pena ser demasiado pessimista. Está nas mãos dos Chineses, que lutam pela liberdade e pela democracia, a possibilidade de encurtar a duração deste processo.

## NOTAS

<sup>1</sup> Esta expressão tem a sua origem no período dos Reinos Combatentes (475-221 A. C.), antes da criação do império unificado Qin. Nesse período surgiram numerosas escolas filosóficas, como o Mohismo, o Confucionismo, o Legalismo ou o Taoísmo. Cada escola publicava os seus textos e criticava os das outras, deixando confrontarem-se «cem pensamentos». A expressão tornou-se sinónima do livre debate e foi empregue por Mao, em 1957, e por Deng, em 1978-1980, para indicar uma diminuição do controle ideológico.

<sup>2</sup> A citação é atribuída a Mao por Yuan Ming, nas suas memórias. Cf. *Mirror* (Hong Kong), n.º 8, 1989.

<sup>3</sup> Discurso de Deng Xiaoping na conferência sobre trabalho teórico do PCC de 27 de Janeiro de 1979.

<sup>4</sup> Cf. Deng Xiaoping, «On the reform of the leadership system in the party and the state» (18 de Agosto de 1980), *Selected Works*, Pequim, Foreign Languages Press, 1983.

<sup>5</sup> Deng Xiaoping, «Interview with Oriana Falacci» (21 e 23 de Agosto de 1980), *Selected works*, *op. cit.*

<sup>6</sup> Discurso de Deng Xiaoping na conferência sobre o trabalho teórico do PCC, «Defender os quatro princípios fundamentais» (30 de Março de 1979). Cf. Deng Xiaoping, *Selected Works*, *op. cit.*

<sup>7</sup> Cf. Memórias de Yuan Ming, *Mirror* (Hong Kong), n.º 8, 1989.

<sup>8</sup> Cf. Discurso de Deng Xiaoping de 9 de Junho de 1989, transcrito na imprensa de Hong Kong. «This storm was bound to happen», *South China Morning Post*, 20 de Junho de 1989.

<sup>9</sup> Cf. Discurso de Deng Xiaoping de 16 de Junho de 1989.

<sup>10</sup> Cf. *The Nineties* (Hong Kong), n.º 9 1989.

<sup>11</sup> Discurso de Yang Shangkun na reunião alargada da comissão militar central do PCC, 24 de Maio de 1989.

<sup>12</sup> Cf. sobre a oposição entre Zhao e Yang nas forças armadas, *Chung Ming* (Hong Kong), n.º 9, 1989.

<sup>13</sup> Cf. Discurso de Deng Xiaoping de 16 de Junho de 1989.

<sup>14</sup> Cf. sobre a situação no Guangdong, o quotidiano *Ming Pao* (Hong Kong), 22 de Agosto de 1989.

<sup>15</sup> Cf. o artigo de Sergei Konzarov, *Notícias de Moscovo*, Julho de 1989.